



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008917-83.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sustação de Protesto**
 Requerente: **Fultec Inox Ltda.**
 Requerido: **"Fazenda do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Anulação de Protesto, com pedido de tutela antecipada, proposta por **FULTEC INOX LTDA.**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, inscrito sob o número 637.136.630.11, tendo declarado, nos meses de fevereiro e abril, impostos nos valores de R\$ 81.358,57 e R\$ 76.621,25, que, mesmo com os descontos de R\$ 51.358,57 e R\$ 26.621,25, bem como os recolhimentos parciais de R\$ 9.300 e R\$ 8.100, respectivamente, foi prejudicado pela ré que levou a protesto as Certidões de Dívida Ativa de números 1215.826315 e 1215.616.089 com valores integrais, razão pela qual requer, antecipadamente, a sustação desses protestos.

A inicial veio instruída com procuração e documentos (fls. 7-24).

A FESP apresentou contestação, às fls. 41-45, na qual sustenta, em resumo, que: A) a pretensão da autora visa, tão somente, sustar protestos em manejo de pleito de índole cautelar; B) deveria também postular a nulidade das Certidões de Dívida Ativa, o que não fez; C) os pagamentos de fls. 19 e 23, nos valores de R\$ 4.100 e R\$ 3.200, não foram recepcionados pelo sistema de dívida ativa do PGE, pois foram feitos com código incorreto e após a inscrição dos débitos em dívida ativa; D) os valores de fls. 21 e 22, de R\$ 3.000 e R\$ 3.100, foram considerados na conta relativa a fevereiro de 2016.

Houve réplica (fls. 54-55).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC, eis que não há necessidade de produção de outras provas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido comporta acolhimento.

Cuida-se de ação na qual o autor questiona os protestos de protocolo 349508-25/07/2016-00/título nº 12158256315 (fl. 16) e protocolo 1241686/título nº 1215616089 (fl. 17), pois o Fisco não teria considerado os recolhimentos parciais do ICMS e levou a protesto as CDA's com os valores integrais.

Pelo que se observa dos documentos de fls. 48 e 49 os valores de R\$ 4.100 (fl. 19) e R\$ 3.200 (fl. 23) foram recolhidos em julho e agosto de 2016, isto é, fora do prazo (vencimentos em 28/3/2016 e 25/5/2016) e com código incorreto. Assim, não foram considerados nos valores totais das guias alusivas a fevereiro e abril de 2016. Diferentemente das guias de fls. 21 e 22, cujos valores foram utilizados nos cálculos da guia de fevereiro, bem como a guia de fl. 18, considerada na guia de abril de 2016. Diante dessas circunstâncias, não se mostra adequada a manutenção dos protestos, visto que as Certidões de Dívida Ativa não representam a realidade do débito tributário. Ainda que os tributos não tenham sido recolhidos em sua totalidade, e haja crédito em favor do Fisco, é certo que tais valores deverão ser apurados corretamente, com posterior emissão de nova Certidão de Dívida Ativa.

O código lançado incorretamente em documento fiscal não pode ser empecilho para o contribuinte cumprir as suas obrigações tributárias. Por outro lado, não se verifica má-fé da ré, uma vez que entendeu que, naquele momento, já poderia apurar, com os recolhimentos efetuados anteriormente, a totalidade do seu crédito.

Em caso semelhante, este Egrégio Tribunal decidiu da mesma maneira:

ICMS. Pretensão de afastar protesto de Certidão de Dívida Ativa. Erro no preenchimento de GIA. Pedido administrativo para correção. Demanda corretamente julgada procedente para afastar o protesto. Certidão de Dívida Ativa não extinta. Existência de saldo remanescente. Situação que não importa manutenção do registro negativo à devedora. Sentença mantida. Recurso improvido.

(Apelação nº 1006135- 90.2016.8.26.0053, Relator(a): Luis Fernando Camargo de Barros Vidal; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 18/07/2016; Data de registro: 26/07/2016)

Dessa forma, faz jus o autor ao recálculo do débito tributário, considerando-se os recolhimentos parciais das guias de fls. 19 e 23.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim determinar o cancelamento do protesto das CDAs de **nsº 12158256315 (fl. 16) e 1215616089 (fl. 17)**, devendo a requerida emitir novas guias, com os valores corretos e, se não houver pagamento, se poderá protestar novamente os títulos, mediante a correção dos valores. A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida é isenta de custas, na forma da lei. Não há condenação em honorários, pois, como houve o preenchimento incorreto do código, a FESP não tinha como saber sobre os recolhimentos parciais das guias.

Como antecipação da tutela da fase de cumprimento de sentença, diante do direito do autor reconhecido nesta sentença e do perigo de dano, determino que se expeça, DE IMEDIATO, ofício ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos e ao Tabelionato de Protesto da Comarca de São Carlos para que cancele os protestos dos títulos nº 12158256315 (fl. 16) e 1215616089 (fl. 17), respectivamente.

P.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**